

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019.

(Do Sr. Hugo Leal)

Solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, informações sobre a utilização dos recursos financeiros destinados pela União ao Gabinete de Intervenção Federal (GIF), durante o período da Intervenção Federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, efetivada por meio do Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a V. Exa., ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Casa Civil, informações sobre a utilização dos recursos financeiros destinados pela União ao Gabinete de Intervenção Federal (GIF), durante o período da Intervenção Federal na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, efetivada por meio do Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018**, na forma abaixo:

- 1 – Qual foi o valor total dos recursos financeiros destinado pelo Governo Federal ao Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro (GIF) e quanto foi efetivamente gasto?
- 2 – Do total executado, quanto foi destinado às Forças Armadas e quanto foi para os órgãos estaduais de segurança pública?
- 3 – Quais aquisições foram realizadas pelo GIF? (Apresentar informações detalhadas, inclusive sobre o procedimento de aquisição adotado)
- 4 – Foram celebrados contratos de prestações de serviços? Em caso positivo, apresentar informações detalhadas sobre esses contratos.
- 5 – Foram celebrados contratos para aquisições de software e licença de computadores? Em caso positivo, apresentar informações detalhadas sobre esses contratos, inclusive sobre valores, prazo e o custo para sua manutenção.

JUSTIFICAÇÃO

A escalada da crise na segurança pública no estado, sobretudo com os avanços nos índices de violência durante o feriado do Carnaval de 2018, levou o então Presidente Temer a decretar a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de "pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública" e restabelecer a segurança da população (v. Decreto nº 9.288 de 16 de fevereiro de 2018).

Com a edição do aludido decreto, Temer nomeou o general do Exército Walter Braga Netto para o cargo de interventor, que passou a assumir o controle operacional do sistema de segurança do Rio, composto pelas polícias Civil e Militar, o corpo de bombeiros e o sistema penitenciário.

O Gabinete de Intervenção Federal (GIF) pautou suas ações em seis objetivos estratégicos:

- 1) Diminuir, gradualmente, os índices de criminalidade;
- 2) Recuperar e incrementar a capacidade operativa das secretarias de Estado e OSP intervencionados do Estado do Rio de Janeiro;
- 3) Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos;
- 4) Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional;
- 5) Melhorar a qualidade e a gestão do Sistema Prisional, das secretarias de Estado e OSP intervencionados do Estado do Rio de Janeiro;
- 6) Implantar estruturas necessárias ao planejamento, coordenação e gerenciamento das ações estratégicas da Intervenção Federal.

Para consecução desses objetivos, foram destinados pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 825/18, **1,2 bilhão**, recurso este decorrente de cortes no orçamento de ministérios e órgãos do Executivo (R\$ 1 bilhão) e da Câmara dos Deputados (R\$ 200 milhões).

A Câmara dos Deputados acompanhou a intervenção por meio de duas ações. Criou um **observatório Legislativo**¹, com o intuito de promover a cooperação entre a Câmara, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais e a população, e uma **comissão externa**², responsável por analisar o planejamento, a execução e os desdobramentos da ação militar no Rio de Janeiro. Essa comissão foi composta por este subscritor, na qualidade de Coordenador, pela ex-Deputado Laura Carneiro (Relatora) e por mais 42 membros.

¹ Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro – OLERJ

² Comissão Externa da Intervenção na Segurança Pública do Rio de Janeiro – CEXINTER

Segundo dados levantados pelo OLERJ, após consulta à base SIAFI no dia 13 de dezembro de 2018, o Gabinete da Intervenção gastou somente 60% do total que lhe foi destinado. Ou seja, gastou cerca de R\$ 72 milhões, dos quais R\$ 61 milhões foram destinados às Forças Armadas. A aplicação dos recursos nos órgãos de segurança pública estadual foi de apenas R\$ 9,5 milhões.

O orçamento do governo federal, de R\$ 1,2 bilhão, foi usado majoritariamente na compra de materiais, mas nenhum centavo chegou a batalhões e delegacias. Na lista estão munições (1,1 milhão), armas (11 mil) e veículos (1.350), além de equipamentos para a polícia técnica e manutenção de blindados.

No dia 03/12/2018 já havia sido noticiado pela imprensa que o GIF havia encontrado “dificuldade para se adaptar às exigências do governo federal no processo licitatório”, citando-se, ainda, alguns dos produtos e equipamentos adquiridos³:

- 75 barracas de campanha - R\$ 671 mil
- Manutenção e recuperação de 228 capacetes - R\$ 61,3 mil
- 64 capacetes anti-tumulto com viseira - R\$ 13 mil
- Software e licença para programas de computador - R\$ 7 milhões

Diante do exposto, após o advento do termo final do prazo estipulado no decreto interventivo (31 de dezembro de 2018), exsurge a necessidade de que os questionamentos acima apresentados sejam efetivamente respondidos, a fim de conferir maior transparência às ações executadas pelo Gabinete de Intervenção (GIF), subsidiar a confecção do relatório final pela Comissão Externa e, ainda, trazer elementos suficientes para que esta Casa Legislativa possa se posicionar sobre esses fatos.

Sala das Sessões, 19 de março de 2019.

**Deputado Hugo Leal
(PSD/RJ)**

³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/03/gabinete-de-intervencao-federal-usou-30-do-orcamento-de-r-12-bilhao.ghtml>